

AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Amanda Larissa Magalhães Ferreira¹ | Luciene de Barros Correia Teotônio² |
Sanney Karoliny Calixto Barbosa³ | Albani de Barros⁴



RESUMO

Neste trabalho buscamos analisar sobre as determinações do trabalho no modo de produção capitalista, no entanto para chegarmos a tal finalidade partimos da discussão a cerca do trabalho como categoria universal, necessária a qualquer formação social. Quando adentramos na discussão sobre o modo de produção capitalista focamos no fato de que a partir deste contexto o trabalho ganha uma nova característica, pois, os valores de uso resultado do processo de trabalho, passam a ser subordinados pelos capitalistas ao serem transformados em valores de troca. Esta afirmação não significa dizer que no capitalismo os valores de uso deixem de existir, mas que sua produção será subordinada a lógica do mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Mercadoria. Modo de Produção Capitalista. Trabalho. Trabalho Abstrato.

ABSTRACT

In this paper we analyze the determinations about the work in the capitalist mode of production, however in order to reach this aim we set off the discussion about the work as a universal category, necessary to any social formation. When we enter into the discussion on the capitalist mode of production we focus on the fact that from this context the work gains a new feature, for the use values result of the work process, become subordinated by capitalists to be transformed into exchange values. This statement does not mean that in capitalism the use values cease to exist, but that their production will be subordinated to the logic of the market.

KEYWORDS

Merchandise. Capitalist Mode of Production. Work. Abstract Work.

Toda e qualquer forma de sociedade produz sua riqueza material e para que essa produção aconteça faz-se necessário que o homem transforme a natureza em elementos necessários para a sua subsistência. Essa ação é denominada trabalho, sendo uma categoria universal e que funda o ser social. Através do trabalho desenvolve-se uma teia de complexas determinações sociais, criando assim condições para o desenvolvimento da sociedade e dos seres humano, uma vez que o trabalho é uma categoria que nada tem de natural, embora precise dos elementos da natureza para tal transformação.

Toda sociedade também precisa produzir e consumir e isso tudo faz parte de processo de produção, que está ligado segundo Netto e Braz (2008, p. 64) a um “regime de propriedade dos meios de produção fundamentais e dele depende”. Ou seja, diz respeito à forma de como as relações sociais entre os indivíduos numa determinada sociedade está organizada para produzir o conteúdo material da riqueza social (LESSA, 2007). E esta organização pode ocorrer a partir da lógica da propriedade coletiva (a repartição dos bens produzidos tende a ser repartidos igualitariamente, como sucedeu nos tempos da comunidade primitiva) ou da lógica da propriedade privada, pois a repartição desses bens ocorre de forma desigual, a exemplo de todos os modos de produção que adveio com o fim da comunidade primitiva (Asiática, Escravista, Feudalista e Capitalista). O sistema de produção da riqueza e reprodução das relações no modo de produção capitalista destina-se exclusivamente para sua autorreprodução em bases expansivas.

2 TRABALHO COMO CATEGORIA UNIVERSAL

Um fator indispensável para reprodução social de toda e qualquer sociedade está na relação do homem sobre a natureza, procedendo de forma que o homem ao transformá-la em uma base material necessária para atender suas necessidades¹ de sobrevivência realiza-a por meio do trabalho. Essa transformação desencadeia um aumento da capacidade produtiva não somente individual, mas abre também novas possibilidades de desenvolvimento social (LESSA, 2007).

Segundo Marx (1996), o que diferencia o trabalho de qualquer atividade natural desenvolvida por outros seres, é o ato do homem idealizar o resultado final do trabalho antes de sua objetivação. Ao converter a natureza através de sua ação, o faz por meio de sua força física e de sua potência espiritual. O homem ao converter a natureza em meios de subsistência ou de produção² converte-a de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza, com uma finalidade idealizada. O desenvolvimento desta ação consciente resulta em algo necessariamente novo, atuando de formas variadas conforme suas necessidades, o

1 Conforme esclarece Marx, essas necessidades podem ser para sua subsistência ou corresponder a uma fantasia, portanto, pode está relacionado aos aspectos objetivos do ser humano, ou na dimensão subjetiva. O trabalho “satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (1996, p. 165).

2 Nas palavras de Marx: “Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1996, p. 165).

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX, 1996, p. 297-298).

Dessa forma, o trabalho é uma atividade pertencente ao humano, sendo necessariamente uma categoria social. No trabalho existe uma relação que envolve a ação do homem sobre a matéria, a existência dos dois é imperiosa e o comando da ação é realizada pelo ser humano. De acordo com Marx: “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297).

É através dessa atividade que o homem passa a reproduzir a sociedade, pois a base para a construção da sociedade está no trabalho, sendo este um processo social⁴. “O ser social sequer poderia existir sem ter por base a natureza. A reprodução social, todavia, tem por momento predominante uma categoria que nada tem de natural, que é puramente social: o trabalho” (LESSA, 2007, p. 86).

De acordo com Netto e Braz dois pontos são indispensáveis para uma análise sobre o trabalho enquanto uma “categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social” (NETTO, BRAZ, 2008, p. 29). Trata-se do fato de que o trabalho é uma atividade coletiva e que funda o ser social. Sua atividade não ocorre de forma isolada (indivíduo/natureza), ela tende em abranger o todo que está a sua volta, articulando comunicações, conhecimentos com variados sujeitos, e consolidando determinada organização social. “[...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é,

3 Segundo Netto e Braz, “[...] o trabalho, rompeu com o padrão natural [...] em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos que, no desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprido determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se transmitem mediante aprendizado; em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as formas desse atendimento, quase sem limites, de novas necessidades” (2008, p. 31, grifo do autor).

4 “Todo ato de trabalho possui uma dimensão social. Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão de desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro. Em terceiro lugar, podemos agora acrescentar, porque os novos conhecimentos aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda a humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar.” (LESSA; TONET, 2008, p. 14).

40 | também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social”.⁵ (NETTO, BRAZ, 2008, p. 34. Grifo do autor).

A relação entre indivíduo e sociedade é intrinsecamente articulada, pois o trabalho por ser uma atividade coletiva, não se destina somente em condicionar o desenvolvimento do homem individualmente, mas também tende em abranger o desenvolvimento da sociedade⁶. Na atualidade, com as mudanças na sociedade capitalista surge no debate a discussão sobre o fim do trabalho, no entanto podemos perceber a partir da tradição marxiana, que não existe sociedade sem trabalho⁷. Portanto o desemprego tem um limite de expansão.

Cabe enfatizar que “toda relação de qualquer indivíduo com a natureza é, sempre e imediatamente, a interação de uma dada sociedade com a natureza, já que não existe indivíduo sem sociedade” (LESSA, 2005, p. 55).

No que se refere ao processo de trabalho, enquanto condição eterna da vida humana Marx assevera que:

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as formas sociais (MARX, 1996, p. 298 – 303).

Analisando a citação acima, evidencia-se o trabalho como categoria universal. Esta atividade surge na gênese do ser social articulada com a natureza, à medida que o indivíduo se apropria da matéria natural para produzir valores de uso, ou seja, produzir bens para suprir suas necessidades. No entanto, esta atividade acontece em um contexto marcado em meio à luta pela sobrevivência, sendo o processo de trabalho uma atividade necessária e condicional a existência humana. Independente da forma de organização social a qual norteia a vida dos seres humanos, o trabalho é o elemento primordial para existência desse ser. “[...] o trabalho produz conteúdo material da riqueza de qualquer formação social, seja ela qual for” (LESSA, 2007, p. 165).

Mesmo sendo o trabalho o ato fundante da sociedade e base ontológica do ser social, não se pode limitar a totalidade da reprodução social restritamente ao trabalho, somente

5 “Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira consciente orientada, teleologicamente posta [...] Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissoluvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social” (LESSA, 2007, p. 24 – 25).

6 “O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constituem o ser social e dele se constitui” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37).

7 Sobre o trabalho na sociedade capitalista veremos no próximo item.

a ação humana sobre a natureza não explica as complexidades da totalidade social, pois há um conjunto de mediações que compõe esta totalidade “[...] determinada por relações estabelecidas entre si” (TONET, 2005 p. 133).

Neste sentido, o trabalho toma dimensões que vão além de si mesmo. Uma vez que o homem idealiza e transforma a matéria no objeto projetado, após objetivado, nem o objeto é o mesmo, nem o homem é o mesmo, pois, ele adquirindo experiências passa a ter novos pensamentos e oportunidades de escolhas (LESSA, TONET, 2008). O homem ao transformar a natureza transforma a si próprio, pois a partir do trabalho surgem outras dimensões que não se esgotam no trabalho, sobre tais argumentos Tonet (2005, p.132) demonstra que:

[...] dimensão fundante do ser social, ele não se esgota. Que a partir dele e, às vezes como desdobramento de germes já existentes no seu interior (caso da linguagem, da educação, da ciência, etc.), surgem inúmeras outras dimensões, de modo que o ser social é sempre um complexo articulado que inclui a dimensão fundante e um conjunto de outros campos da atividade humana.

O próprio ato de trabalho como protoforma do ser social permite a criação de outras necessidades e de novos complexos sociais pelo seu processo de exteriorização (LESSA, 2007). O trabalho estimula o desenvolvimento das forças produtivas, ao ocorrer esse desenvolvimento, criam-se condições para o aumento da produção da riqueza material e do conhecimento necessário para o desenvolvimento das forças produtivas. Produzindo uma quantidade maior de bens, tem a potência de libertar o ser humano dos limites naturais realizando um contínuo processo de afastamento das barreiras naturais.

3 OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO ABSTRATO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O valor de uso produzido pelo processo de trabalho concreto, sob o comando do capitalista, não tem como fonte a satisfação das necessidades da humanidade, seja ela material ou espiritual, e sim, destina-se a um único fim, produzir para o capitalista no sentido da obtenção do lucro. Este lucro é adquirido através de “qualquer atividade que produza mais-valia”⁸ (LESSA, 2007, p. 170). Contudo, na lógica burguesa, a produção da riqueza realizada pela força de trabalho somente será realizada mediante a transformação desse produto numa mercadoria.

Netto e Braz, afirmam que, há uma distinção ontológica entre a essência do trabalho e do trabalho abstrato, de forma que:

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil) [...] a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de

8 “O capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; Assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho [...] É desse valor excedente que se designa como (mais valia) que o capitalista se apropria [...] A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção/ reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte de seu lucro)” (NETTO, BRAZ, 2008, p. 101, grifo do autor).

qualquer sociedade, isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros. [...] Mas, ao examinarmos a mercadoria [...], constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca – e, para ser trocada, precisa ser comprada [...] quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral; tem-se o trabalho abstrato. Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato. (NETTO, BRAZ, 2008, p. 105).

O trabalho abstrato é apropriado pela sociedade capitalista. Este trabalho é controlado de forma direta pelo capital, que fornece as bases para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pois é a partir do trabalho que a riqueza é socialmente produzida, no entanto, na forma de exploração.

A totalidade da riqueza social no modo de produção capitalista, embora tenha seus fundamentos inelimináveis na produção de um “conteúdo material, no intercâmbio orgânico do homem com a natureza pelo trabalho, sua reprodução se dá (sublinhemos imediatamente) pela apropriação da mais-valia e não pelas transformações teleológicas primárias” (LESSA, 2007 p. 167). Para atender as necessidades do modo de produção capitalista, não basta apenas a produção do valor de uso, pois, produzir bens para atender as necessidades individuais e coletivas dos homens no sentido apenas do autoconsumo não gera lucratividade, pois “nem tudo que possui valor de uso resultante do trabalho é mercadoria” (NETTO, BRAZ 2008, p. 79. Grifo do autor). O interesse do sistema capitalista volta-se para o retorno que os valores de uso trarão ao serem trocados, mercantizados, ou seja, será produzido aquilo que for lucrativo. Isso significa dizer que qualquer conteúdo material só terá direito a existência se sua produção contribuir para o enriquecimento do capitalista (LESSA, 2007).

4 EXPLORAÇÃO E PAUPERIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

Ao tratar da exploração da classe trabalhadora e sua exclusão⁹ na sociedade capitalista, a necessidade que o trabalhador tem de vender a sua força de trabalho é motivada em razão deste não possuir nenhuma alternativa, pois os meios de produção não lhes pertencem. Não tendo a posse desses meios, o capitalista compra a força de trabalho e expropria da classe trabalhadora a riqueza que ela produziu. Dessa forma, o trabalhador produz a riqueza, mas não usufrui a mesma.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de

9 Quando se cita a palavra exclusão pode-se analisar que “não estamos em face de um novo dualismo, que nos proponha as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não direitos [...] Mas exclusão não diz respeito apenas aos ‘excluídos’. Esse é, certamente, o problema menor porque é mais visível. A exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa” (MARTINS, 2002, p. 11-20).

bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2002, p. 111, grifo do autor).

Apesar de o trabalhador produzir, o seu trabalho é cada vez menos valorizado, sua força de trabalho fica tendencialmente cada vez mais barata. O trabalhador não produz apenas mercadorias, ele também é uma mercadoria (NETTO, BRAZ, 2008). E sendo assim, a exploração que ocorre, demonstra que cada vez mais o trabalho que é produzido representa benefícios essencialmente para o capital, pois o trabalhador continua sendo desvalorizado, apesar da sua força de trabalho ser indispensável para a sociedade.

O que o trabalhador recebe para desempenhar seu trabalho, não corresponde à riqueza por ele produzida, como no capitalismo o trabalho é transformado numa mera mercadoria, o valor pago pelo capitalista ao trabalhador não é correspondente à riqueza por este produzida. Sendo uma mercadoria, quanto maior sua oferta, menor será o preço, ou seja, a existência do desemprego significa dificuldades de vida para o trabalhador, mas, para o capitalista pode ser um fator positivo, pois o preço do salário pago por ele será menor, o que significa que existe a possibilidade de alcançar maiores lucros.

Enquanto o sistema capitalista produz, através do trabalho assalariado, ocorre um aumento da riqueza, que fica concentrada nas mãos de poucos, assim ocorre o empobrecimento da classe trabalhadora. Segundo Netto e Braz (2008, p. 136) “[...] a essência da produção capitalista está no trabalho assalariado e nas condições gerais que o possibilitam”. Sendo assim a riqueza acumulada pela burguesia é obtida mediante a exploração do trabalhador. Como já foi salientado nos tópicos anteriores, o trabalho é o que funda o ser social, além de ser indispensável a toda e qualquer sociedade (MARX, 1996). É devido a esta extração da riqueza produzida pela força de trabalho que o capital tira o seu lucro, e para o capital este é o seu grande interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente das sociedades anteriores ao capitalismo, os valores de troca assumem uma posição indispensável para a reprodução desse sistema, uma vez que cumpre um papel de eixo regulador das relações sociais (LESSA, 2002). Tudo quanto possível vira mercadoria¹⁰ neste modo de produção. A produção dos valores de uso que se constituem como mercadoria destina-se a repetidas produções, ou seja, são produzidos mais de uma vez e conseqüentemente conduzidos para venda (NETTO; BRAZ, 2008).

Na observância dessas duas esferas categóricas (trabalho concreto e trabalho abstrato) que se faz presente no modelo da sociedade vigente, é notório a existência de uma grande diferenciação ontológica entre ambas, a diferença consiste que no trabalho concreto existe um fator decisivo o qual distinguirá um elemento do outro, é o fato de que esta atividade possui um caráter elementar a todas as formações sociais, que é a produção do valor de uso¹¹, uma “[...] condição natural e eterna da vida humana [...]” (MARX, 1996, p. 303),

10 “A mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO, BRAZ, 2008, p. 80).

11 Vale salientar que não se pode limitar o valor de uso apenas a produto do trabalho, pois valores de uso também pode ser bens naturais indispensáveis a vida humana. Isto fica evidente quando citamos o ar (NETTO, BRAZ, 2008).

44 | não podendo ser eliminado da vida social. Já o trabalho abstrato não tem caráter universal e pode ser superado (LESSA, 2002), ele é parte integrante da lógica dessa formação social capitalista. Como esse modelo de sociedade não é universal, não esteve presente em toda história humana, o trabalho abstrato, que funda a sociedade capitalista, pode vir a desaparecer junto com a sociedade que lhe é solo.

Dessa forma, enquanto o trabalho, categoria fundante do ser social, tem um status de ineliminável, já o trabalho abstrato, não. Logo, o fundamento e a motivação desta forma de trabalho abstrato está na obtenção do lucro, através da produção da mais-valia, e que conseqüentemente proporciona a acumulação do Capital, razão do seu papel principal no contexto social.

Mesmo sendo o trabalho, conforme Behring e Boschetti (2008 p. 50): “fruto de atividade humana, resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana, individual ou social”, no modo de produção capitalista seu fim volta-se para a obtenção de lucro, “[...] o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independente de seu contexto histórico”. Deixando de ser uma relação entre homens para se transformar em relações materiais entre coisas.

Perante estes aspectos representativos do sistema capitalista a necessidade do homem está posicionada numa condição inferior quando se trata do real objetivo do sistema, pois nesta forma de sociedade capitalista “o homem é uma mera peça de engrenagem da autorreprodução do capital” (PANIAGO, 2002, p. 2). E sua produção está diretamente ligada não apenas a produção de mercadorias, mas prioritariamente da produção de mais-valia.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; Eliane Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Questão social e direitos. In: **Modulo de especialização à distância, Serviço Social: Direitos Sociais Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológico**/Marilda Yamamoto, Raul de Carvalho. - 26. ed.- São Paulo, Cortez; [Lima, Peru] : CELATS, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Revista e ampliada. Ijuí: Unijuí, 2007. | 45

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2002

LUKÁCS, Georg. O trabalho. Tradução de Ivo Tonet. Mimeografado. Extraído de **Per L'Ontologia Dell' essere Socieale**. Roma: Riunit, 1981.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

Recebido em: 25 de janeiro de 2013

Avaliado em: 15 de fevereiro de 2013

Aceito em: 1 de março de 2013

1. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes.
2. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes.
3. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes.
4. Mestre em serviço Social pela UFAL e professor do curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes.